

Doutrina Anglicana I

Os BISPOS SEGUNDO LAMBETH: RESUMO PANORÂMICO

A Conferência de Lambeth é a máxima Assembléia da Comunhão Anglicana, reunindo os bispos de todo o mundo, a cada dez anos, para intercâmbio, estudos e recomendações, que, por seu consenso e autoridade moral, assumem o status de posição oficial do Anglicanismo, seja em se tratando de Sexualidade Humana, seja em se tratando de Episcopado ou de qualquer outro tema teológico ou ético.

O Episcopado não tem sido muito discutido, porque os bispos ali presentes já sabem o que são e para que servem, e, por outro lado, teologicamente, há aí um alto consenso eclesiológico entre as várias correntes do Anglicanismo, já que, com a Reforma do Século XVI os não-episcopais (presbiterianos, batistas e congregacionais) nos deixaram.

O tema foi tratado na Lambeth 1968, em um dos seus relatórios sobre o ministério. Ali o Bispo é visto tanto como um “representante de Cristo” quanto como um “representante da Igreja Universal”, como “símbolo de unidade”, que através do Rito Sacramental da Ordem, é canal da Graça de Deus, compartilhando do “ministério apostólico”.

O Bispo tem um ministério: a) docente; b) de defesa da Sã Doutrina, como guardião da fé; c) o cuidado pastoral; d) o equipar a Igreja, pela supervisão e desenvolvimento dos dons dentre o povo; e) a dimensão litúrgica, pois, para aquela Conferência, “a vida litúrgica e sacramental, em sua celebração da Eucaristia, na Ordenação e na Confirmação” são centrais.

O Bispo deve modelar sua vida na vida de Cristo, ser exemplo e servo.

Compartilhando dos ofícios de Cristo, de quem recebe a sua autoridade, o Bispo possui ofício sacerdotal, profético e real. O Bispo é o cabeça da Diocese, e deve exercer o seu ministério, dentro

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

de um espírito de colegialidade, com os demais bispos da Igreja de Cristo, em uma dimensão ecumênica. O Episcopado Anglicano não é monárquico, mas convive e se complementa pelos princípios da colegialidade ou sinodalidade, com os Presbíteros, Diáconos e todo o povo.

Ao contrário dos governos: presbiteriano e congregacional, a conciliaridade ou sinodalidade anglicana não prescinde do episcopado, tido como “parte essencial da herança católica” , como “extensão do ofício apostólico” .

Na Conferência de 1988, na Secção sobre Missão e Ministério, aprendemos que “o Bispo deve então se tornar mais e mais um líder da missão” , ou seja, ao lado da ênfase pastoral, a ênfase missionária, quando deve, particularmente, “ouvir o que os jovens estão dizendo” . O Bispo deve supervisionar a formação do clero e o exercício do ministério ordenado. Estes, Presbíteros e Diáconos, “devem de boa vontade estar sob a autoridade do Bispo e da Igreja” , porque o Bispo “abaixo de Deus lidera a igreja local e sua missão no mundo” , lembrando que em todos os documentos de Lambeth a expressão “igreja local” se refere a Diocese, formada por Paróquias ou Missões, também denominadas de “comunidades locais” . Na Eclesiologia Anglicana os Presbíteros e Diáconos não existem isoladamente, ou desconectados do Bispo, como “pastores” (congregacionais).

Para essa Conferência, o Bispo é: “Símbolo da unidade da Igreja em sua Missão ; mestre e defensor da fé, pastor dos pastores e do laicato; capacitador da pregação da Palavra e da ministração dos sacramentos; líder na missão e iniciador da mesma no mundo em que a Igreja se encontra; médico a quem os feridos da sociedade são trazidos; voz da consciência da sociedade em que a Igreja local se situa; profeta que proclama a justiça de Deus no contexto do Evangelho da redenção; o cabeça da família como um todo, em sua miséria e alegria” .

A Conferência de Lambeth mais recente, de 1998, enfatiza o ministério “pastoral, missionário, educacional, profético e colegial” , lembrando, por um lado, que “a autoridade do bispo é sempre exercida dentro de uma estrutura sinodal do governo da igreja” , e, por outro lado, que o ministério

do Bispo é distinto do ministério dos Presbíteros ou dos Diáconos, por ser alguém “a quem a autoridade apostólica é dada” . O Bispo deve ser o missionário de uma igreja missionária, testificando, no contexto da Eucaristia, da ressurreição e da esperança em Cristo para os que nunca ouviram o Evangelho, ao mesmo tempo em que é “o guardião da fé recebida das gerações primitivas” , e responsável por sua transmissão intacta às gerações vindouras.

Dentre os tópicos tratados sobre o Episcopado pelas Conferências de Lambeth, destacamos:

- O Episcopado e a Missão;
- O Episcopado e a Formação;
- O Episcopado e o Mundo que nos Cerca;
- O Episcopado e a Superintendência;
- O Episcopado e as Comunidades (Ordens) Religiosas;
- O Episcopado e sua relação com os Ministros Leigos;
- O Episcopado e sua relação com o Clero;
- O Bispo e sua relação Consigo Mesmo e com os Demais Bispos.

Vale recordar que o “Quadrilátero de Lambeth” é fruto, há mais de um século, da Conferência de Lambeth: Escritura, Cremos, Sacramentos e.... Episcopado Histórico, como marcas centrais do Anglicanismo.

Os estudos das Conferências de Lambeth têm dentre as suas bases os pensamento dos Pais da Igreja e dos Reformadores Protestantes: para Cipriano de Cartago (200 d.C.), para quem “a igreja está constituída do Bispo, do clero e de todos os fiéis” , e que “a igreja sempre está estabelecida sobre os bispos, e todos os atos da Igreja devem ser dirigidos por estes oficiais” , e para o teólogo reformado Richard Hooker : “o Bispo é um Ministro de Deus, diante de quem em permanente continuidade, é dado não apenas o poder da administração da palavra e dos Sacramentos, cuja autoridade outros Presbíteros têm; mas, além disso, poder para ordenar as pessoas e poder de chefiar em Governo sobre Presbíteros bem como leigos, o poder de ser, por causa da jurisdição, o Pastor dos pastores”. (Of the Law of Ecclesiastica Polity , VII, x.1).

Como afirmou um pensador contemporâneo: “é o Bispo o orientador e governador da Igreja, e a preservação na santa doutrina implica necessariamente em se estar em comunhão com ele, pois onde estiver o Bispo, afirmando a Cristo, aí estará a Igreja”.

Doutrina Anglicana II

Os ANGLICANOS E AS ESCRITURAS SAGRADAS

O núcleo doutrinário da Comunhão Anglicana foi definido pela Conferência de Lambeth de 1888 em quatro princípios, denominados, desde então, de “*Quadrilátero de Lambeth*”: as Sagradas Escrituras, os Credos: Apostólico e Niceno, os Sacramentos do Batismo e da Eucaristia, e o Episcopado Histórico.

O primeiro princípio confessa: “*As Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos, como contendo todas as coisas necessárias para a salvação, e como sendo a regra e o padrão último de fé*”.

Esse princípio é consentâneo com a Reforma Protestante Inglesa do século XVI, e com o nosso primeiro e mais importante documento doutrinário de então, os “*XXXIX Artigos de Religião*”, que, em

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

seu artigo VI afirma: *“A Escritura Sagrada contém todas as coisas necessárias para a salvação; de modo que tudo o que nela não se lê, nem por ela se pode provar, não deve ser exigido de pessoa alguma seja crido como artigo de fé ou julgado como requerido ou necessário para a salvação. Pelo nome de Escritura Sagrada entendemos os Livros canônicos do Velho e Novo Testamentos, de cuja autoridade jamais houve qualquer dúvida na Igreja”*. Referindo-se aos Deuterocanônicos, adotados pela Bíblia da Igreja de Roma, declara: *“E os outros Livros (como diz Jerônimo) a Igreja os lê para exemplo de vida e instrução de costumes; mas não os aplica para estabelecer doutrina alguma...”*.

Um documento mais recente, como a Declaração de Montreal *“Essência do Anglicanismo”*, de 1994, mantém os mesmos princípios. Em seu item número 5: *“A Autoridade da Bíblia”*, afirma: *“As Escrituras canônicas do Antigo e Novo Testamento são “a Palavra de Deus escrita”, inspirada e autorizada, verdadeira e confiável, coerente e suficiente para a salvação. “A Palavra de Deus escrita” tem vida e é poderosa como guia divino tanto para a conduta, quanto para a fé cristã... Em cada época, o Espírito Santo conduz o povo de Deus, a Igreja, à submissão às Sagradas Escrituras como seu guia... A Igreja não pode se constituir juiz das Escrituras, descartando e selecionando ensinamentos. As Escrituras mesmas, sob a autoridade de Cristo, julgam a Igreja no que tange à sua fidelidade à verdade por Ele revelada”*.

Em sua alocução de abertura da Conferência de Lambeth de 1998, o Arcebispo de Cantuária de então, Sua Graça Revmo. George Carey, afirmou: *“Os anglicanos afirmam a autoridade soberana das Sagradas Escrituras como o meio através do qual Deus, pelo Espírito Santo, comunica sua palavra à Igreja, e, conseqüentemente, capacita as pessoas a responder com compreensão e fé. As Escrituras são testemunho singularmente inspirado da revelação divina... (e) norma fundamental de fé e vida cristã”*.

Aquela mesma Conferência de Lambeth, pela Resolução III, 5.b, deliberou reafirmar que: *“As Escrituras Sagradas contém todas as coisas necessárias para a salvação, e que elas são para nós a regra e o modelo último de fé e prática”*.

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

Todos os diáconos, presbíteros e bispos da Comunhão Anglicana devem confessar e subscrever publicamente juramento com esse conteúdo no momento de sua Ordenação ou Sagração.

Para a teologia anglicana, a Bíblia contém o necessário para a salvação, alimenta espiritualmente os fiéis, contem o conteúdo da Missão e é fonte normativa última de doutrina e de ética.

Devemos, contudo, ressaltar as dificuldades, em razão das limitações da mente humana, para as tarefas de compreensão e aplicação do conteúdo das Sagradas Escrituras (exegese e hermenêutica). Sabemos que não há leitura neutra, direta e literal, como defendem os fundamentalistas, não podemos submeter a Bíblia, de modo absoluto, aos métodos racional-científicos, como defendem os liberais modernos, ou à experiência individual-subjetiva, como defendem os liberais Pós-Modernos. Teólogos Anglicanos, em sua tarefa individual, têm lançado mão do mais conservador Método Histórico-Gramatical (valorizando as contribuições da História, Geografia, Arqueologia e Lingüística), do mais liberal Método Histórico-Crítico (valorizando, ao extremo, a contribuição de todos os ramos da Ciência, no processo de “*desmitificação*”) ou do moderadamente conservador Método da Equivalência Dinâmica (contexto cultural dos escritores vs. contexto cultural dos leitores na História vs. contexto cultural dos leitores atuais). Nenhum método foi adotado pela Comunhão Anglicana, e é certo que devemos nos acercar da leitura bíblica com sinceridade e dela sair com humildade.

A Comunhão Anglicana tem de próprio, ou peculiar, a afirmação da importância da Tradição e da Razão para a leitura e compreensão da Bíblia. Por Tradição entendemos a opinião consensual dos fiéis de todo mundo ao longo da História da Igreja, também denominada de “*consenso dos fiéis*” ou “*mente da Igreja*”; por razão entendemos a capacidade de raciocínio dos fiéis, que refletem sua cultura, mas que devem buscar a iluminação do Espírito Santo.

Devemos estudar a Bíblia com diligência e fé (e não com superstição, tipo fechar os olhos e por o dedo aleatoriamente em textos = “*horóscopo bíblico*”), adotá-la em nossa vida devocional pessoal, familiar e comunitária, em nossa Liturgia e em nosso ensino doutrinário e ético.

O Anglicanismo, pois, é um ramo do Cristianismo profundamente comprometido com as Sagradas Escrituras, e com ela enfrentamos os grandes desafios internos e externos dos nossos tempos.

Doutrina Anglicana III

Os ANGLICANOS E OS CREDOS

O segundo princípio adotado pelo “Quadrilátero de Lambeth” , que, entre nossas doutrinas centrais estão: “O Credo dos Apóstolos como Símbolo Batismal; e o Credo Niceno, como a declaração suficiente da Fé Cristã” . A palavra Credo, no seu original no Latim, significa “Eu Creio” . Diante das heresias, concepções falsas e inadequadas quanto ao seu conteúdo doutrinário, a Igreja, desde os seus primórdios, tem procurado definir suas crenças essenciais. A mente humana não pode entender e explicitar a totalidade da verdade, mas pode fazê-lo quanto ao necessário.

O mais antigo dos Credos é o denominado “Credo Apostólico” , que não foi redigido diretamente pelos apóstolos, mas pelos Pais Apostólicos (os discípulos dos apóstolos), procurando ser fiéis ao que aprenderam e estavam transmitindo. O seu uso, como profissão de fé dos batizando, já era comum ao final do segundo século. Esse Credo afirma a doutrina da Trindade, a morte vicária e a ressurreição de Cristo, o Juízo Final e a Ressurreição, a Igreja e a Comunhão dos Santos:

“1. Creio em Deus Pai Todo-Poderoso , Criador do Céu e da Terra;

2. Em Jesus Cristo , seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao Hades, ressuscitou ao terceiro dia, subiu ao Céu, e está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso, donde há de vir a julgar os vivos e os mortos;

3. Creio no Espírito Santo;

4. Na Santa Igreja Católica;

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

5. Na Comunhão dos Santos;

6. Na Remissão dos Pecados;

7. Na Ressurreição do corpo;

8. E na Vida Eterna. Amém”.

Vale ressaltar que (vencendo desinformações e preconceitos), a expressão “Igreja Católica” não se refere à Igreja Romana, mas à Igreja Histórica, Universal, Una, Santa e Apostólica de Cristo (integrada, posteriormente, por diversos ramos, com suas divisões). O texto do Credo não poderia estar se referindo à Igreja Católica Apostólica Romana, porque, àquela época, ela sequer existia. Catolicidade, como universalidade, é apenas um contraste com particularidade, ou sectarismo (das heresias).

Quanto à expressão “Comunhão dos Santos” não se refere aos “santos” dos altares da Igreja de Roma ou outra, mas aos remidos, os salvos. Comunhão dos Santos é sinônimo de Corpo Místico, a união-mistério de todos os salvos em todas as épocas e lugares: a Igreja Triunfante (que já está na glória) + a Igreja Militante (ainda na terra).

O segundo Credo referido é o “Credo Niceno”, elaborado pelo Concílio de Nicéia, e consolidado pelo Concílio de Calcedônia, no ano 451 (V século), em uma época de intensas controvérsias sobre a Santíssima Trindade e a natureza de Cristo, e o enfrentamento a diversas e fortes heresias. Enquanto o Credo dos Apóstolos era recitado individualmente por cada batizando, “Eu Creio”, o Credo Niceno é uma reafirmação de fé de toda a comunidade, “Cremos”; e deve ser usado nas Ordenações, Sagrações, Concílios e outros momentos importantes. O Credo Niceno é uma ampliação e aprofundamento do Credo Apostólico. E o que nele afirmamos?

“1.Cremos em um Deus, Pai, Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis;

2. E em um só Senhor Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, gerado do Seu Pai antes de todos os mundos, Deus de Deus, Luz de Luz, Verdadeiro Deus de Verdadeiro Deus, gerado, não feito, Consubstancial com o Pai, por quem todas as coisas foram feitas; o qual por nós homens e pela nossa salvação desceu do Céu e

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

encarnou por obra do Espírito Santo, da virgem Maria, e foi feito homem, foi também crucificado por nós, sob o poder de Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado, e ao terceiro dia ressuscitou, segundo as Escrituras, e subiu ao céu, e está sentado a direita do Pai, e virá outra vez, com glória, a julgar os vivos e os mortos, e o seu Reino não terá fim;

3. E cremos no Espírito Santo, Senhor, Doador da Vida, procedente do Pai (e do Filho), o qual com o Pai e o Filho juntamente é adorado e glorificado, o qual falou pelos Profetas;

4. E cremos na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica;

5. Reconhecemos um só Batismo para a remissão dos pecados;

6. E esperamos a ressurreição dos mortos, e a vida do mundo vindouro. Amém”.

O Credo Niceno , mais abrangente, é uma forte afirmação trinitária, e, particularmente, desenvolve uma sólida Cristologia. Posteriormente uma de suas afirmações veio a ser um dos motivos de divisão entre as Igrejas do Oriente e as Igrejas do Ocidente: se o Espírito Santo é somente procedente do Pai (redação oriental), ou do Pai e do Filho (redação ocidental). À semelhança do Credo Apostólico , o Credo Niceno (com uma ou outra versão) é adotado por todas as Igrejas Históricas.

Um terceiro Credo, adotado por muitas Igrejas Históricas – inclusive Reformadas – e por algumas de nossas Províncias, é o Credo Atanasiano , atribuído ao Bispo Atanásio, grande apologeta e combatente contra as heresias, com sua redação final em torno do ano 500. É um Credo mais longo, e tem como premissa que quem abraça a fé católica da Igreja deve confessá-lo, e quem não crê firmemente nessas doutrinas não poderá se salvar. Esse Credo tem um grande valor didático em nossa compreensão da natureza de Deus. Vale a pena transcrevê-lo:

“Todo aquele que quer ser salvo, antes de tudo é necessário que abrace a fé católica. O que não guardar esta fé íntegra e pura, sem dúvida perecerá para sempre. E a fé católica é esta:

Que adoramos um só Deus em Trindade, e a Trindade em Unidade, sem confundir as pessoas nem dividir as substâncias, porque é uma a pessoa do Pai, outra a do Filho e outra a do Espírito Santo, mas a divindade do

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

Pai, do Filho e do Espírito Santo é toda uma, igual a glória e co-eterna a majestade. Assim como é o Pai, assim é o Filho, assim o Espírito Santo. Incriado é o Pai, incriado o Filho e incriado o Espírito Santo. Incompreensível é o Pai, incompreensível é o Filho, incompreensível o Espírito Santo. Eterno é o Pai, eterno o Filho, eterno o Espírito Santo. E, no entanto, não são três eternos, mas um só eterno; como também não são três incompreensíveis, nem três incriados, mas um só incriado e um só incompreensível. Assim, onipotente é o Pai, onipotente é o Filho, onipotente é o Espírito Santo, e, no entanto, não são três onipotentes, mas um só onipotente. Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus. E, no entanto, não são três deuses, mas um só Deus. Assim também, o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, o Espírito Santo é Senhor. E, no entanto, não são três Senhores, mas um só Senhor; porque assim como a verdade cristã nos obriga a reconhecer que cada uma das pessoas de per si é Deus e Senhor, assim a religião católica nos proíbe dizer que há três deuses ou três Senhores. O Pai de nada é feito, nem criado, nem engendrado. O Filho é só do Pai, não feito, nem criado, nem engendrado. O Espírito Santo é do Pai e do Filho, não feito, nem criado, nem engendrado. Há, pois, um Pai, não três Pais; um Filho, não três Filhos; um Espírito Santo, não três Espíritos Santos. E nessa Trindade ninguém é primeiro nem posterior, ninguém é maior nem menor; mas todas as três pessoas são coeternas juntamente e coiguais. De maneira que em tudo, como foi dito, devemos adorar a unidade na trindade, e a trindade na unidade. Portanto, o que quiser se salvar deve pensar assim na trindade.

Além do mais, é necessário para a salvação eterna que também creia corretamente na encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo. Porque a fé verdadeira que cremos e confessamos, é que nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus é Deus e Homem; Deus da substância do Pai, gerado antes de todos os séculos; e Homem, da substância de sua mãe, nascido no mundo; Perfeito Deus e Perfeito Homem, subsistente de alma racional e de carne humana; igual ao Pai em sua divindade; inferior ao Pai segundo a sua humanidade. Que, embora seja Deus e Homem, contudo não são dois, mas um só Cristo; Um, não pela conversão da divindade em carne, mas pela assunção da Humanidade em Deus; Um totalmente, não por confusão de Substância, mas por unidade de Pessoa. Pois como a alma racional e a carne são um só homem, assim Deus e Homem é um só Cristo.

O que padeceu por nossa salvação, desceu aos infernos, ressuscitou ao terceiro dia dentre os mortos. Subiu aos céus, está sentado à destra do Pai, Deus Todo-Poderoso, de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Em cuja vinda todos os homens ressuscitarão com seus corpos e darão conta de suas próprias obras. E os que tiverem feito o bem irão para a vida eterna; e os que tiverem feito o mal, ao fogo eterno.

Esta é a Fé Católica, e quem nela não crê firmemente, não poderá se salvar”.

Durante a Reforma Protestante do Século XVI, Luteranos, Calvinistas, Anabatistas e Anglicanos (XXXI Artigos de Religião), com suas semelhanças e diferenças, elaboraram suas Confissões de Fé baseadas nos Credos, porém com uma ênfase particular na salvação pela Graça mediante a Fé, e na autoridade das Sagradas Escrituras. Na Idade Contemporânea tivemos novos documentos doutrinários, à base dos Credos e das Confissões da Reforma, sendo o mais importante o Pacto de Lausanne, de 1974.

Diante de ateus, agnósticos, politeístas, animistas e unitaristas, em nossos tempos, é importante estudarmos os Credos e reafirmarmos as suas doutrinas centrais. Os Anglicanos não “rezam” o Credo Apostólico ou o Credo Niceno, mas o recitam e confessam, segundo o preceito do apóstolo Pedro de “saber dar a razão da fé que há em nós”; o Anglicanismo é uma expressão histórica e confessante da Igreja de Cristo, e, como tal, comprometido com a verdade da Sua Doutrina, com o legado apostólico.

Confessemos, pois, com convicção a nossa fé!

Doutrina Anglicana IV

OS ANGLICANOS E OS SACRAMENTOS

O terceiro item do Quadrilátero de Lambeth, dentre as crenças doutrinárias centrais para os Anglicanos, se encontra: “Os dois Sacramentos ordenados por Cristo mesmo – Batismo e Ceia do Senhor – ministrados com o uso das inexoráveis palavras de Cristo na instituição e dos elementos ordenados por Ele”.

Um Sacramento já foi definido como: “Um sinal externo e visível de uma graça interna e espiritual, que se nos concede, instituído pelo próprio Cristo, como meio de recebermos essa graça, e como penhor que nos assegura dela”.

O Sacramento deve ter sido instituído pelo próprio Cristo – conforme relato dos Evangelhos – cujas palavras são repetidas pelos celebrantes, deve conter elementos externos, visíveis, da natureza (água, pão, vinho), e deve concorrer para alimentar os fiéis, que os recebem pela fé, com a graça de Deus. No Catecismo de um

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

dos Livros de Oração Comum (LOC) de uma de nossas Províncias Anglicanas, Graça é entendida como “o favor de Deus para conosco” .

Em nosso Documento Doutrinário Anglicano da época da Reforma Protestante, do século XVI, os “XXXIX Artigos de Religião” , em seu artigo XXV – Dos Sacramentos, lemos a seguinte afirmativa: “Os Sacramentos instituídos por Cristo não são unicamente designações ou indícios da profissão dos Cristãos, mas antes testemunhos certos e firmes, e sinais eficazes da graça, e da boa vontade de Deus para conosco, pelos quais Ele opera invisivelmente em nós, e não só vivifica, mas, também, fortalece e confirma a nossa fé Nele. São dois os Sacramentos instituídos por Cristo nosso Senhor no Evangelho, isto é, o Batismo e a Ceia do Senhor” .

Aquele importante documento nega o status de “sacramento” a outros ritos não instituídos por Cristo, mas sim pela Igreja, ao longo dos séculos, por mais benéficos que sejam: Confirmação, Penitência, Ordens, Matrimônio e Unção dos Enfermos. Faltar-lhe-ia os elementos essenciais para tanto. Posteriormente, passaram a ser denominados no Anglicanismo de “Ritos Sacramentais” , ou de “Sacramentos Menores” . Enquanto os Sacramentos estão na economia da salvação, os ritos sacramentais estariam na economia da santificação.

O Artigo XXVII – Do Batismo, do Documento acima citado, nos ensina que: “O Batismo não é um sinal de profissão e marca de diferença, com que se distinguem os Cristãos dos que o não são, mas também um sinal de regeneração ou Nascimento novo, pelo qual, como por instrumentos, os que recebem o Batismo devidamente, são enxertados na Igreja; as promessas da remissão dos pecados, e da nossa adoção como filhos de Deus pelo Espírito Santo, são visivelmente marcadas e seladas, a fé é confirmada, e a graça aumentada por virtude da oração de Deus. O Batismo das crianças deve conservar-se de qualquer modo na Igreja como sumamente como à instituição de Cristo” .

O Batismo tem sido entendido como “o ato de imergir, infundir ou aspergir, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, sobre o convertido ou criança “filha da promessa” , ou seja, de pais e/ou avós já crentes ” . Ambos os batismos, seguindo, na Nova Aliança, a tradição da Primeira Aliança (circuncisão e batismo de prosélitos) na Igreja Primitiva, segundo farta e confiável documentação do período dos Pais Apostólicos (segundo século). O convertido professa a sua fé, e os filhos da promessa (“para tu e os de tua

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

descendência”) recebem a semente do Evangelho, que uma vez devidamente regada pela família da carne e pela família da fé, haverá de germinar, como tão bem nos ensina Calvino.

Como a quantidade de água, além de não-essencial, foi diversa nos primórdios do Cristianismo, os Anglicanos não somente batizam adultos e crianças, mas também o fazem por imersão (em água corrente ou não) e por infusão ou aspersão na pia batismal, com o uso das palavras da instituição por nosso Senhor Jesus Cristo. Em todos os casos deve-se preparar as pessoas e chamar a atenção para a importância desse rito de iniciação cristã.

O segundo Sacramento é tratado no Artigo XXVIII – Da Ceia do Senhor: “A Ceia do Senhor não é só um sinal de mútuo amor que os cristãos devem ter uns para com os outros; mas antes é um Sacramento da nossa Redenção pela morte de Cristo, de sorte que para os que devida e dignamente, e com fé o recebem, o pão que partimos é a participação do Corpo de Cristo; e de igual modo o Cálice de bênção é uma participação do Sangue de Cristo” . Nossa posição rejeita a doutrina da Transubstanciação da Igreja Romana e da Consubstanciação da Igreja Luterana, bem como o do mero memorial defendido pelos Anabatistas. Afirma esse Artigo: “O Corpo de Cristo é dado, tomado, e comido na Ceia, somente dum modo celeste e espiritual. E o meio pelo qual o Corpo de Cristo é recebido e comido na Ceia é a Fé” . Daí os Anglicanos afirmarem, mas não definirem racionalmente (pois sacramento é mistério, apreendido pela fé) o sentido da “Presença Real” de Cristo, que é espiritual e não material, estando presente não nos elementos, isoladamente, mas no Sacramento: rito, palavras solenes, elementos, cristãos com fé.

Os Artigos de Religião afirmam a necessidade de, em obediência ao que está prescrito pelas Escrituras, celebrarmos a Ceia com ambos os elementos: o pão e o vinho, nem só o pão (Igreja de Roma), nem pão e suco de uva (prática que apareceu na Igreja Metodista dos EUA no século XIX), são condenados os que participam indignamente ou sem fé, e afirma-se que a fé e o caráter do celebrante não afetam o Sacramento devidamente administrado e devidamente recebido.

Como afirmação do Corpo Místico de Cristo, e de que nós, os Anglicanos, somos uma parcela provisória e reformada desse Corpo, praticamos a chamada “Ceia Aberta” (a Mesa é do Senhor e não da Igreja Anglicana) a todas as pessoas batizadas, que confessem Cristo como Senhor e Salvador e estejam em paz com Deus e em comunhão com as suas igrejas.

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

A Ceia do Senhor, ou Eucaristia (“Ação de Graças”) era celebrada dominicalmente pela Igreja dos primeiros séculos, como afirmação da redenção e da ressurreição. Fórmulas e ritos foram sendo elaborados, sendo a mais antiga (adotada pela Igreja Ortodoxa Siriana) atribuída a Tiago, irmão do Senhor. As tradições da Igreja Celta e da Igreja Romana foram profundamente afetadas pela Reforma Luterana na adoção dos Ritos pelo Livro de Oração Comum, da Igreja da Inglaterra. Hoje, variações que não afetem o essencial, são adotadas nos LOC's de cada uma das 38 Províncias Anglicanas, e em Ritos Alternativos ou Opcionais, devidamente autorizados pelo Bispo de cada Diocese, único detentor do “jus liturgicum” (autoridade para adotar liturgias).

Os Sacramentos têm como fundamento a própria Encarnação de Cristo, que dignifica a Natureza, e o uso dos seus componentes para o bem estar material e espiritual. Para os Anglicanos as Escrituras e os Sacramentos alimentam a fé e proclamam a fé. Deve-se, contudo, evitar o formalismo, a banalização ou a superstição (magicismo) no tocante aos Sacramentos, que devem ser celebrados “com ordem e decência” , com solenidade e docência, segundo a Liturgia Oficial da Igreja (como prescrevem os Cânones).

Ao convidarmos parentes, amigos e vizinhos para as celebrações do Batismo e da Ceia, emprestamos aos Sacramentos uma dimensão missionária, evangelizadora, como anúncios solenes das Boas Novas. Pregamos, assim, não pela verborragia , mas pela Liturgia , usada, poderosamente, pelo Espírito Santo.

Não podemos negar a História da Igreja e a herança apostólica, negando os Sacramentos. O equilíbrio entre Pregação e Sacramento como explicitações da Palavra de Deus para o Povo de Deus é uma das mais profundas marcas do Anglicanismo.

Vivamos essa Verdade!

Doutrina Anglicana V

OS ANGLICANOS E O EPISCOPADO

O quarto, e último item do Quadrilátero de Lambeth quanto às doutrinas centrais da Comunhão Anglicana, afirma: *“O Episcopado Histórico, localmente adotado nos métodos da sua administração,*

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

para as variadas necessidades das nações e dos povos chamados por Deus para a unidade da Igreja”.

A Prefação do Ordinal (Ritos de Ordenação de Ministros) do Livro de Oração Comum original já defendia que *“desde os tempos dos apóstolos, com seus bispos, presbíteros e diáconos”, e “...quão necessária é essa ordem na Igreja de Cristo”.*

Por Episcopado, entenda-se a forma de governo da Igreja liderada por um Bispo (*episkopos* = superintendente). O Episcopado é a mais antiga das formas de administração eclesiástica, estabelecida no segundo século, após a morte dos Apóstolos, pelos Pais Apostólicos (seus discípulos), para manter a coesão e a ordem nas comunidades, coordenar e supervisionar as suas ações, preservar a doutrina original e combater as heresias, manter, em colegialidade, a unidade entre as várias comunidades locais, empreender esforços missionários, preparar e ordenar presbíteros e diáconos para os seus ministérios. O Episcopado consolidou-se e expandiu-se como a única forma conhecida de governo da Igreja de Cristo, tanto no Oriente (Bizantinos, Pré-Calcedônios e Nestorianos), quanto no Ocidente (Igreja de Roma) até o Século XVI e a Reforma Protestante. A Primeira Reforma (Anglicanos e Luteranos), bem como outros grupos reformados mantiveram o Episcopado. Hoje, entre Romanos, Ortodoxos e Protestantes, 90% da Cristandade é episcopal.

Por Episcopado Histórico, entenda-se o Episcopado quem tem sido mantido por ordenações sucessivas por quem já possuía essa ordenação, através dos séculos (o Bispo da DAR tem comprovada essa sucessão, retroativamente, até o século VIII). Algumas Igrejas, como a Luterana da Alemanha e dos EUA, e setores da Metodista, possuem o Episcopado Não-Histórico, os seus bispos possuem a autoridade, mas não a tradição da Ordenação com sucessão, e outras mantêm o sistema episcopal de governo, dando, porém, aos seus dirigentes, outros títulos (***pastor presidente***: Assembléia de Deus; ***pastor-sinodal*** ou ***pastor-distrital***, Igreja Luterana (IECLB, IELB); ***superintendente***: Igreja do Nazareno etc.).

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

Entre as correntes internas do Anglicanismo, há, entre setores anglo-católicos, quem defenda que o Episcopado é do “esse” (essência) da Igreja, e que sem bispo não há verdadeiramente uma Igreja, mas uma comunidade eclesial (posição da Igreja Romana e das Igrejas Orientais); enquanto setores anglo-evangélicos se dividem entre os que consideram o Episcopado um “*bene esse*” (benefício) para a Igreja, uma marca que a torna melhor. Setores dos anglo-católicos e dos anglo-evangélicos consideram o Episcopado uma “*plena esse*” (plenitude), as igrejas não-episcopais surgidas apenas com setores da Reforma Protestante do Século XVI (governo presbiterial e governo congregacional) são Igrejas, mas são limitadas em sua plenitude pela ausência do Bispo, embora todas elas tenham autoridades que desempenham “*de fato*” tarefas típicas de um Bispo. Embora as igrejas de governo presbiterial e congregacional (presbiterianos, batistas etc.) sejam apenas 10% da Cristandade, são responsáveis por 90% dos cismas e fragmentações institucionais ocorridas nos últimos 500 anos, que é um dado a se considerar.

Na Idade Antiga e na Idade Média encontramos os bispos-missionários, que lideravam, apostolicamente, equipes de presbíteros, diáconos e leigos para implantar o Evangelho em novas regiões ainda não cristianizadas, e os bispos-diocesanos, titulares de uma região eclesial dada. Nas igrejas episcopais o termo **Diocese**, algumas vezes, é substituído por *região eclesial, área, distrito, ou outro*, mas com o mesmo significado de uma região com um conjunto de congregações e seus dirigentes, sob a autoridade de um Bispo.

Para a Doutrina Anglicana o termo “*igreja local*” é usado para Diocese, e “*comunidades locais*” para as Paróquias, Missões e Pontos Missionários. Os fiéis são membros da Diocese, arrolados em uma Paróquia ou Missão. Os Párocos ou Ministros Encarregados não são “*pastores de uma igreja local*”, mas dirigentes e representantes do Bispo. No Brasil, dentre os protestantes, Igrejas como a Metodista (bispos) e Assembléia de Deus (pastor-presidente) possuem um sistema episcopal de governo solidamente estabelecido.

Os Bispos Anglicanos são os “*Pais em Deus*” da família da fé, Pastores dos pastores e dos fiéis, Mestres e defensores da fé, Líderes da missão e titulares da administração. De acordo com os

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

Cânones (normas eclesiásticas), presidem os Concílios Diocesanos, representam a Diocese perante as Províncias, a Comunhão Anglicana, o Estado e as Relações Ecumênicas ou Inter-Confessionais, são membros “*ex-officio*” do Conselho Diocesano e de todas as Juntas e Comissões, supervisionam a formação do Clero, detêm o *jus liturgicum* (autorizar a Liturgia), e são responsáveis pela ministração dos Ritos Sacramentais da Confirmação (dos novos fiéis professos) e da Ordem (Ordenação de presbíteros e diáconos), e designação de ministérios instituídos (Ministros Leigos e Evangelistas).

No conjunto da Igreja Universal, da Comunhão Anglicana e das Províncias Anglicanas, os Bispos, em conjunto, exercitam o princípio da Colegialidade. No interior das Províncias, e na própria Diocese, em conjunto com os presbíteros, diáconos e leigos, exercitam o princípio da sinodalidade e conciliaridade. O Episcopado Anglicano não é, pois, monárquico, mas participativo. Um Bispo é eleito pelo Clero e Leigos de uma Diocese, em Concílio Extraordinário (ou pelos Sínodos das Províncias quando se tratar de Dioceses Missionárias), devem ter a sua eleição homologada pela maioria dos Bispos e Concílios Diocesanos de sua Província (ou pelo Primaz, quando se tratar de Diocese Extra-Provincial), e são Sagrados em rito próprio, pelo menos por outros três Bispos de Episcopado Histórico.

No Anglicanismo temos os **Bispos Diocesanos** (titulares de uma Diocese), **Bispos Coadjuutores** (auxiliares com direito à sucessão) e **Bispos Sufragâneos** (auxiliares sem direito à sucessão). Os **Bispos Resignatários** são os que renunciaram a titularidade de sua Diocese antes da idade canônica de aposentadoria, e que continuam a prestar outros serviços à Igreja. Os **Bispos Aposentados**, também chamados de **Bispos Eméritos**, mantêm até a morte o seu título, exercendo tarefas delegadas pelos Diocesanos, conforme a sua disponibilidade e possibilidade. Um Bispo Anglicano (como os presbíteros e diáconos) não são sagrados para a sua “*denominação*”, mas para a Igreja de Cristo, podendo trabalhar em toda a Comunhão Anglicana, ou ser cedido para prestar serviços a outras confissões cristãs ou movimentos inter-denominacionais. Cada Província estabelece uma idade mínima (30 ou 35 anos) e uma idade máxima (65, 68, 70 anos) para o exercício do Episcopado, bem como uma idade mínima para a aposentadoria voluntária (em média,

a partir de 60 anos). Cerca de metade das Províncias da Comunhão Anglicana não admitem o episcopado para as mulheres (embora algumas delas admitam a ordenação diaconal e/ou presbiteral).

O uso do termo ***Episcopado Histórico*** é o adotado na Comunhão Anglicana, no lugar de “*com sucessão apostólica*” (adotado em outras Igrejas), subentendendo-se que a sucessão apostólica é não somente pessoal e sacramental (Rito de Sagração), mas também comunitária e doutrinária (O Bispo, seu Clero e seu Povo mantendo o Sagrado Depósito da Fé Apostólica).

O desconhecimento histórico e doutrinário, experiências denominacionais não-episcopais (presbiterais ou congregacionais) passadas ou suas influências presentes, e o espírito do século Pós-Moderno: individualista, localista e refratário à tradição e à autoridade, tem trazido obstáculos ao pleno exercício do Episcopado em Dioceses Anglicanas, embora o Quadrilátero de Lambeth advogue uma flexibilidade de métodos de administração para as diversas culturas.

Agostinho de Hipona afirmou ser o Episcopado formado por “*pouca honra e muito martírio*”. O Episcopado, segundo o apóstolo Paulo, pode ser licitamente aspirado (embora ele nunca tenha sido Bispo), não como busca de status ou honraria, mas como uma forma sacrificial de serviço a Cristo e a sua Igreja.

Doutrina Anglicana VI

O ANGLICANISMO E SUAS MARCAS

Cada ramo do Cristianismo desenvolveu suas marcas, ênfases, estilos, mentalidades caracterizadoras e diferenciadoras, enriquecendo o todo do Corpo de Cristo. Em nosso caso, o denominamos de “*Ethos Anglicano*”, o jeito anglicano de ser. Por sermos, ao mesmo tempo, uma Igreja Católica e Protestante, somos peculiares, e muitas vezes não somos devidamente compreendidos pelos que estão nos dois pólos, ou por nós mesmos, quando não incorporamos os dois pólos, e fazemos a riqueza da síntese. “*Católicos para toda a Verdade de Deus, e Protestantes contra todos os erros dos homens*”, já se afirmou.

1. Somos **Uma Igreja Católica**, isto é Histórica, em sua continuidade desde Jesus Cristo, e não por qualquer “fundador” posterior; Universal em sua composição e destinação, preservando os Credos, o Episcopado Histórico e as três Ordens históricas: bispos, presbíteros e diáconos, e os Sacramentos, respeitando a Tradição, e adotando uma Liturgia elaborada, com todo um acervo do passado, bem como símbolos, ritos e cerimônias acumuladas ao longo dos tempos e culturas. Enquanto os ramos católicos (orientais e ocidentais) valorizam a pré-Reforma Protestante e os ramos protestantes valorizam a Reforma e a Pós-Reforma, nós procuramos manter o positivo de todos os tempos. Sobre essa nossa continuidade e peculiaridade escreveu um autor: *“Quaisquer que tenham sido a ocasião e as circunstâncias da Reforma do Século XVI, as Igrejas Anglicanas sempre reivindicaram inquebrável continuidade, na fé e na ordem, com a Igreja Universal da Antiguidade... Os Anglicanos aceitam os Credos e as decisões doutrinárias dos sete primeiros Concílios da igreja indivisa como legítimas interpretações da Revelação Escriturística... E insiste, também, em manter as três ordens sacras: bispo, presbítero e diácono, em sucessão desde os tempos apostólicos e da Igreja Primitiva”*.
2. Somos **Uma Igreja Protestante**, como Reforma Inglesa, adotando os postulados daquele importante movimento do Século XVI. O Livro de Oração Comum e os XXXIX Artigos de Religião são inegavelmente protestantes, em sua crítica ao passado, em sua negação das doutrinas não-escriturísticas, em sua ênfase na Autoridade das Sagradas Escrituras e na Salvação pela Graça mediante a Fé em Jesus Cristo, a liturgia no vernáculo, a dignidade do casamento dos ministros ordenados e o sacerdócio universal de todos os crentes. Nossa Liturgia foi fortemente influenciada pelo Luteranismo e nossa concepção moderada de Predestinação nos veio do Calvinismo, embora com Wycliffe e os Lolardos, com a pré-Reforma, as idéias protestantes já estavam nas Ilhas Britânicas desde o século XIV. Nossos Artigos de Religião (Artigo VI) afirmam: *“A Escritura Sagrada contém todas as coisas necessárias para a salvação; de modo que tudo o que nela não se lê, nem por ela se pode provar, não deve ser exigido de pessoa alguma seja crido como artigo de fé, ou julgado como requerido ou necessário para a salvação”*, e (Artigo XI) afirmam: *“Somos reputados justos perante Deus, somente pelos méritos do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo pela Fé, e não por nossos merecimentos ou obras. Portanto, é doutrina mui saudável e cheia de consolação a de que somos justificados somente pela Fé...”*.

3. Somos ***Uma Igreja Inclusiva***, não padronizadora, nem uniformizando todos os detalhes e proibindo toda a diversidade. Nosso princípio vem da Patrística: *“No Essencial, Unidade; no Acidental, Diversidade; em tudo Caridade”*. Mantendo as doutrinas centrais, adotamos o princípio reformado da *“adiáfora”* (indiferença) para as questões secundárias, onde não haja clareza bíblica nem consenso histórico, e seja lícita uma diversidade de usos e costumes, conforme os tempos e culturas. A Declaração de Montreal, *“Essência do Anglicanismo”*, de 1974, afirma (item 6): *“O não-essencial não deve ser requerido de ninguém como crença, nem exigido como matéria de doutrina, disciplina ou culto”*, e, ainda, (item 14): *“Nesta declaração cremos estar insistindo somente naquilo que é genuinamente essencial. No que se refere ao não-essencial, devemos pedir a graça do Senhor para reconhecer e respeitar a liberdade dos outros que tem caracterizado tradicionalmente nossa herança anglicana”*. Convivemos com correntes internas, como os anglo-católicos e os anglo-evangélicos, dentre esses encontramos tradicionais e carismáticos, calvinistas e arminianos de diversos matizes, além de divergências nas ênfases litúrgicas ou quanto a ordenação feminina. A Inclusividade, também denominada de Compreensividade, é sinal de maturidade. *Hans Küng* escreveu que uma marca do Anglicanismo é a sua maturidade, sua moderação, o seu bom senso, onde não há espaço para extremismos e fanatismo. Com uma compreensão do pecado não só individual, mas, também institucional, nosso tratamento disciplinar tem sido sempre marcado por uma ênfase fortemente pastoral.
4. ***Uma Igreja Ecumênica, Universal e não Seita***, consciente de que não somos “a” Igreja, nem “a Igreja Perfeita”, mas *“uma parcela reformada e provisória da Igreja Universal”* de Cristo. Provisória, porque escatologicamente cremos que um dia *“haverá um só rebanho e um só pastor”*; Parcela, porque reconhecemos que há cristãos em outros ramos dessa mesma Igreja, tanto reformados (com quem mais nos identificamos), quanto não-reformados (Igreja de Roma e Igrejas Orientais), que, para os Reformadores *“apesar dos seus erros e superstições são, ainda, ramos genuínos da Igreja de Cristo”*. Combatemos esses *“erros e superstições”* e não sua fé Credal. A Declaração de Montreal chama a Igreja de *“sociedade sobrenatural”, “família de Deus”, “Corpo de Cristo”, “Templo do Espírito Santo”*: *“É a comunidade dos crentes, justificada pela fé em Cristo, incorporada à vida ressurreta de Cristo, e posta sob a autoridade das Sagradas Escrituras”*. Tendo como base doutrinária do Quadrilátero de Lambeth, e não negociando seus princípios essenciais, a Comunhão Anglicana tem participado, desde o início do Movimento Ecumênico, com as Igrejas que professam as doutrinas contidas nos Credos: Apostólico e Niceno. Temos participado de conversações, e ações cívicas,

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

visando o bem-comum de todos os cidadãos, com outras religiões que não confessam essas verdades credais, mas a isso não denominamos, em nossos documentos oficiais, de Ecumenismo, mas de Diálogo Inter-Religioso.

5. ***Uma Igreja Missionária***, que leva a sério a Grande Comissão, de ir para todas as nações e pregar o Evangelho, fazendo discípulos. A Comunhão Anglicana (sem falar nas “*igrejas continuantes*”, ou anglicanos não em comunhão com a Sé de Cantuária) estamos presentes em 164 países (buscando atingir outros), como resultado do trabalho sacrificial de sociedades missionárias e de ações evangelísticas de Províncias, Dioceses e Paróquias, com crescimento maior, nas últimas décadas, no Hemisfério Sul. A Conferência de Lambeth de 1988, ao lançar a “*Década da Evangelização*”, optou por uma concepção de Missão Integral, formada por cinco “*avenidas*”, ou áreas: a) Proclamar as Boas Novas do Reino; b) Ensinar, Batizar e Instruir os novos crentes; c) Responder às necessidades humanas, por serviço em amor; d) Procurar transformar as estruturas injustas da sociedade; d) Defender a vida e a dignidade da Criação, sob a seguinte definição: “*Evangelização é a apresentação de Jesus Cristo, no poder do Espírito Santo, de tal maneira que os homens passem a conhecê-lo como Salvador e servi-lo como Senhor, na comunhão da Igreja, e na vocação da vida comum*”.

Sobre esse ramo católico, protestante, inclusivo, ecumênico e missionário da Igreja de Jesus Cristo, escreveu o teólogo calvinista e um dos editores da “*Bíblia de Genebra*” (e membro da nossa Igreja) J.I. Packer: “*O Anglicanismo contém a mais rica, a mais vasta e a mais sábia herança de toda a Cristandade*”.

Doutrina Anglicana VII

O ANGLICANISMO E SUA ORGANIZAÇÃO

Somos uma família mundial da fé. A Comunhão Anglicana está presente em 164 países, sob a liderança espiritual de Sua Graça o Arcebispo de Cantuária (cargo atualmente exercido pelo *Revmo. Rowan Williams*, natural do País de Gales). Ele é símbolo de unidade, com sua autoridade espiritual e moral (não jurisdicional) como um “*primus inter pares*” (primeiro entre iguais), como Pastor maior e presidente de nossos organismos mundiais. Sua residência é o Palácio de Lambeth, em Londres, cidade onde também se situa o nosso Escritório Central, *St. Andrews House*, chefiado pelo Secretário-Geral, *Rev. Keneth Kearon*, da Irlanda. A Sé

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

mundial é a Catedral de Cantuária, a mais antiga das nossas Dioceses, com mais de 1.300 anos. **O Arcebispo de Cantuária é o primeiro** dos Instrumentos de Unidade da Comunhão Anglicana.

O **segundo** Instrumento de Unidade é a **Conferência de Lambeth**, desde 1867, convocada a cada dez anos pelo Arcebispo de Cantuária, formada pelos bispos de todo o mundo (inicialmente apenas os Diocesanos, mas agora, também, os Coadjuutores e Sufragâneos), para oração, reflexão, estudo e deliberações, por três semanas. É o fórum principal e mais importante do Anglicanismo, e suas deliberações e recomendações possuem o status de posição oficial com uma grande força moral.

O **terceiro** Instrumento de Unidade é o **Encontro dos Primazes**, que reúne, a cada ano ou a cada dois anos, os Primazes de todas as nossas Províncias, para implementar as resoluções da Conferência de Lambeth, e para fazer recomendações sobre temas atuais, assessorando o Arcebispo de Cantuária.

O **quarto** Instrumento de Unidade é o **Conselho Consultivo Anglicano (ACC)** formado por Bispos, Presbíteros, Diáconos e Leigos – homens, mulheres e representantes da juventude – para promover estudos sobre os mais diversos temas. São suas tarefas elaborar subsídios sobre: missão, comunicação, liturgia, questões sociais e unidade da Igreja.

Não existe uma “*Constituição*” ou um “*Código*” que normatize o funcionamento desses órgãos internacionais, mas eles funcionam baseados na tradição ou Direito Costumeiro.

A Comunhão Anglicana é dividida em 38 regiões denominadas de Província. É necessário um mínimo de 03 (três) Dioceses, e autorização do Conselho Consultivo Anglicano (ACC) para se constituir uma Província. Algumas são formadas apenas por um país (Canadá, Estados Unidos, México, p.ex), outras por vários países (Cone Sul: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru e Bolívia), outras uma parcela de um país (Província de Hong Kong (Hong Kong e Macau, na China), a Índia é formada por duas Províncias (Norte da Índia e Sul da Índia). As Províncias são dirigidas por uma assembléia denominada de Sínodo Geral, que se reúne periodicamente, e integrada pela Câmara dos Bispos (inclusive os aposentados, com assento e voz) e a Câmara dos Clérigos e Leigos (formada por delegados eleitos pelos Concílios Diocesanos). O Sínodo Geral elege o Arcebispo ou Primaz, que a preside, e o Conselho Executivo, que a dirige no interregno das reuniões do Sínodo Geral. Cada Província tem uma Constituição, para fins legais junto ao Estado, e os Cânones Gerais, que são as suas normas internas. As Províncias maiores (Canadá, Austrália, Estados Unidos, Nigéria

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

e Inglaterra) são subdivididas em “*províncias*” (com “*p*” minúsculo), como entes sub-regionais, aglutinando o certo número de Dioceses.

As Províncias são autônomas, porém interdependentes, dentro do espaço da Comunhão Anglicana, cuja unidade é mantida pela história, pela doutrina, pela organização, e pelos laços de afeição.

A unidade eclesiástica básica na Comunhão Anglicana é a Diocese, também denominada de “*igreja local*”. A Diocese é uma região eclesiástica autônoma chefiada por um Bispo. A norma é que todas as Dioceses integrem uma Província, mas há as exceções denominadas de Dioceses Extra-Provincial (ligadas diretamente a um Primaz, como Portugal, Espanha e Bermudas, em relação ao Primaz de Cantuária, ou a Diocese do Recife, na atual conjuntura, ligada ao Primaz do Cone Sul). As Dioceses possuem os seus Estatutos, perante o Estado, e os seus Cânones Diocesanos como normas internas. As Dioceses se reúnem em Concílios, presididos pelo Bispo, tendo assento, voz e voto todos os clérigos (Presbíteros e Diáconos) ativos (os aposentados têm assento e voz), e os delegados leigos, eleitos pelas Juntas Paroquiais ou Conselhos de Missão. Os Pontos Missionários podem ter apenas observadores. Os Concílios Diocesanos – Ordinários ou Extraordinários – homologam relatórios e designações (como p.ex. Arcediagos e Secretários), elegem ocupantes de Juntas e Comissões, e o Conselho Diocesano, que assessora o Bispo no interregno de suas reuniões, e seus delegados para os Sínodos Gerais das Províncias. As Dioceses Autônomas elegem os seus bispos, mas as Dioceses Missionárias (com menor número de clérigos e Paróquias) têm os seus bispos eleitos pelo Sínodo Geral das Províncias. O Primaz das Províncias também dirigem, por meio de seus delegados, as unidades novas e menores, denominadas de Distritos Missionários. Os Cânones Gerais de cada Província estabelecem o número mínimo de clérigos e Paróquias para constituir uma Diocese Autônoma ou Diocese Missionária.

As Dioceses são formadas por Paróquias Autônomas (com propriedade e um número maior de membros arrolados), Paróquias Subvencionadas (sem, necessariamente, a propriedade, e um número menor de membros arrolados) e as Missões (com um número de membros ainda menor). Em nosso caso 60, 40 e 20 membros, respectivamente. As Paróquias Autônomas, por suas Juntas Paroquiais, elegem os seus Reitores, com a devida autorização e homologação do Bispo Diocesano. Os Párocos, das Paróquias Subvencionadas e os Ministros Encarregados das Missões e Pontos Missionários, são designados pelo Bispo Diocesano. Os Reitores e Párocos – bem como os Deões das Catedrais – devem ser Presbíteros (ministros da Palavra e dos

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

Sacramentos), mas os Diáconos (ministros do serviço) podem ser Coadjuutores dessas comunidades, bem como Ministros Encarregados de Missões e Pontos Missionários.

Além dos Ministros Ordenados (Bispos, Presbíteros e Diáconos), as Dioceses podem, também ter Ministros Instituídos (Ministros Leigos, Evangelistas e Acólitos), temporários. Os Ministros Leigos podem ser Ministros Encarregados de Pontos Missionários, e, excepcionalmente, Ministros Encarregados de Missões.

As Dioceses podem ser subdivididas em regiões ou circunscrições menores, denominadas de Arcediados, dirigidas por um Arcediago, designado pelo Bispo e homologado pelo Concílio Diocesano, como seu representante para aglutinar e coordenar a vida e a ação missionária daquela região.

Cada Diocese deve ter uma Igreja-Catedral (e, se necessário, Co(m)-Catedrais), como Sé ou Sede simbólica, assento do Bispo, e centro irradiador da vida diocesana, dirigida por um Deão e um colegiado, denominado de Cabido, onde podem ter assento os Cônegos Residentes e os Cônegos Honorários. O termo Arcipreste é designado para um Presbítero Emérito, aposentado, com reconhecidos serviços prestados à Diocese.

Cada Paróquia ou Missão possui seus próprios Estatutos, e se reúne em Assembléia, para aprovar as contas, avaliar, planejar e eleger os membros das respectivas Juntas ou Conselhos, com direito a assento, voz e voto a todos os membros em plena comunhão (Confirmado, maiores e contribuintes). Podem ter assento (e, ocasionalmente, voz), os membros-batizados, membros-confirmados e membros-em-comunhão.

É privativo da hierarquia, dos Ministros Ordenados, as questões de natureza sacramental, pastoral e disciplinar, e dos organismos leigos (Juntas e Conselhos) as questões de ordem temporal: administrativas, financeiras e patrimoniais. As Juntas ou Conselhos elegem, dentre os seus membros, os Guardiães, Secretários e Tesoureiros, podendo criar cargos e designar ocupantes de funções especiais de confiança.

Ao longo de sua História, e respeito às peculiaridades locais, o Anglicanismo tem procurado aperfeiçoar a sua organização, para, *“com ordem e decência”*, realizar a missão que lhe foi confiada pelo Senhor.

Registramos, por fim, quem em razão de discordâncias quanto a ordem (Ordenação feminina, p.ex), quanto a disciplina (licitude do homossexualismo, p.ex), ou por projetos pessoais, nas últimas décadas têm surgido jurisdições anglicanas independentes (denominadas de *“igrejas continuantes”*) não em Comunhão com a Sé

de Cantuária, e, por conseguinte, não integrando a Comunhão Anglicana, embora, na maioria dos casos, preservando a nossa doutrina, disciplina e culto, segundo estabelecidos no Livro de Oração Comum, mantendo maior ou menor aproximação ou inter-comunhão.

Cada Anglicano deve não somente conhecer, mas participar das esferas da nossa Organização.

Doutrina Anglicana VIII

O ANGLICANISMO E A LITURGIA

A beleza e a ordem nascem do coração de Deus, que concede ao ser humano a inata sensibilidade estética, que pode ser aperfeiçoada com a educação. Daí o mandato cultural à humanidade incluir o desenvolvimento da Arte, em suas diversas expressões (plásticas, dramáticas, musicais etc.). A Arte Sacra tem sido aspecto central das manifestações culturais em todas as épocas. Ela destina-se a glorificar a Deus e aproximar o ser humano do Sagrado.

Deus, nosso Pai, na Primeira Aliança, comunicou todos os detalhes da construção do Santuário: arquitetura, decoração, móveis e utensílios, e as próprias vestes dos sacerdotes. O templo, construído por Salomão, além da sua funcionalidade para o Culto e o Sacrifício, era marcado por sua beleza, dedicado a Deus, o Sumo Belo, e o Criador da Beleza. A feiúra, a inestética, o não-belo, em todas as suas expressões, é um resultado do pecado, e a plena beleza, como no Jardim do Éden, será restaurada, após o Juízo Final, na Nova Jerusalém.

A Arte Sacra, elaborada por corações contritos, é forma de adoração: os templos, as cerimônias, os ritos ali realizados são Liturgias (no original *leitourgia* = trabalho do povo). Todas as igrejas, de todas as correntes, são litúrgicas, valorizando ou não a História, com maior ou menor elaboração, conteúdo, nível estético ou doutrinário. As chamadas “*liturgias improvisadas*” são tão cristalizadas quanto qualquer outra, pois se pode prever cada passo do “*improviso*”.

Apesar das perseguições do Império Romano, a Igreja Primitiva adotou símbolos, como a cruz e o peixe, e elaborou formas de culto, especialmente para a celebração dominical do Sacramento da Ceia do Senhor. Pode-se verificar esse fato na Carta de Clemente Romano aos Coríntios, ainda no final do primeiro século, e,

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

no segundo século, em textos como o Didaquê, a Carta de Plínio ao Imperador Trajano, e o texto de Justino, o Mártir, sobre o Culto Dominical. No terceiro século, os textos de Hipólito e Cirilo já explicitam Ritos Eucarísticos plenamente elaborados, com as diversas partes que adotamos hoje. No Oriente, as Igrejas Pré-Calcedônias vão adotar o Rito atribuído a Tiago, o irmão do Senhor, e as Igrejas Bizantinas, o rito atribuído a João Crisóstomo. No Ocidente, durante a Idade Média, vão surgir, influenciados pelas culturas regionais, dentre outros, os ritos Romano, Galicano e de Sarum (este na Inglaterra).

Com a Reforma Protestante, foi no Luteranismo onde se expressou uma maior preocupação estética, com a preservação dos antigos templos, e a reelaboração de Símbolos, Cerimônias e Ritos, mantidos em sua beleza histórica, porém expurgados dos desvios doutrinários surgidos na Igreja de Roma no período anterior. A posição Luterana foi: *“Devemos manter tudo aquilo que a Igreja Cristã elaborou, e que não se choque com a Palavra de Deus”*. O Anglicanismo – como parte da mesma Primeira Reforma – seguiu a orientação Luterana. Isso contrastava com radicalismos encontrados entre Calvinistas: o culto como *“quatro paredes caiadas e um sermão”*, ou entre setores Anabatistas, que, adotando a incorreta teoria da *“apostasia geral da Igreja”*, negava toda criação de quinze séculos, e pretendia uma ahistórica reconstituição idealizada da Igreja Primitiva. Lutero sai do seu exílio, onde estava traduzindo a Bíblia, para combater a Iconoclastia (destruição das obras de Arte Sacra) empreendida pelo extremista *Carlstad*. O radicalismo iconoclasta surge sempre da generalizada identificação entre Arte Sacra e Idolatria, que não tem base nem no Judaísmo, nem no Cristianismo, mas que vai se instalar no Islamismo, e em setores do Protestantismo posterior.

Apesar da importância do trabalho teológico de um *Richard Hooker*, e do conteúdo doutrinário dos XXXIX Artigos de Religião, o Anglicanismo, pelo gênio do Arcebispo *Thomas Cranmer*, coloca nossos princípios doutrinários na Liturgia popularizada do Livro de Oração Comum (LOC), dando lugar à compreensão, entre nós, do *“Lex Credendi, Lex Orandi”*, confessamos aquilo que oramos. O Livro de Oração Comum teve várias edições, refletindo um período de instabilidade política da Inglaterra (com governos protestantes – anglicanos e presbiterianos – e católicos romanos): 1549, 1552, 1559, 1604, e, finalmente, 1662, adotada desde então. O objetivo do Livro de Oração Comum foi sistematizar e simplificar um conjunto de liturgias históricas reformadas no vernáculo, colocada nas mãos do clero e do povo.

O Livro de Oração Comum de 1662 foi o único adotado pela Igreja da Inglaterra dos séculos XVI a XIX, em todo o mundo, com profundas influências em outras denominações. Com o surgimento da Comunhão Anglicana, no século XIX, cada Província viria a adotar sua própria versão do LOC, além de ritos

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

complementares ou alternativos, mantidos a estrutura e a doutrina originais. O Conselho Consultivo Anglicano (ACC) tem orientado como princípios para essas reelaborações: a) a fidelidade às Sagradas Escrituras; b) a flexibilidade pastoral; c) a Inculturação; d) a Inclusividade/Ecumenicidade

No Brasil, um excelente trabalho foi empreendido por nosso segundo Bispo, *Dom Thomas*, resultando no LOC brasileiro de 1930, contendo: Calendário e Lições para o Ano Cristão, Batismo, Matrimônio, Ofícios de Sepultura, Oração Matutina, Oração Vespertina, Ceia do Senhor, Saltério, Ordinal (Ordenações de Diáconos, Presbíteros e Bispos), Catecismo, XXXIX Artigos de Religião, fórmulas para os cultos domésticos e orações especiais para festas (como a Quaresma) ou ocasiões (como visita a parturientes ou enfermos). Ou seja, um LOC completo, que foi respeitado e amplamente popularizado.

Do Prefácio daquela edição, lemos: *“Da Igreja da Inglaterra recebeu a nossa Igreja-Mãe o bom depósito da Fé uma vez confiada aos santos”,* e dessa origem remota, que vai entroncar nos tempos apostólicos, é que, através de quase vinte séculos de milícia, o devocionário cristão chegou até nós como um tesouro de incalculável valia. Desse precioso legado esta Igreja herda e seleciona o seu ritual, escoimada a velha liturgia de tudo aquilo que possa colidir com a Palavra de Deus, ou impedir a Igreja de correr, no grande estádio da vida moderna, a carreira que lhe está proposta perante uma tão grande nuvem de testemunhas. E, ainda: *“Exuberante prova do espírito construtivo e conservador desta Igreja é fornecida por este Livro nas belas instruções que ministra sobre a Doutrina da Santíssima Trindade, a salvação pela Fé em Cristo, o ensino bíblico sobre a Bem-Aventurada Virgem Maria e os Santos Apóstolos e Mártires, a confissão a Deus, a necessidade de arrependimento, os sacramentos administrados pela forma prescrita nas Santas Escrituras, e muitos outros pontos interessantíssimos da Fé Cristã, todos concorrentes à edificação das almas, sem o sacrifício da consciência, essa luz preciosa e brilhantíssima com a qual Deus distinguiu a criatura humana”.*

Necessidade de atualização lingüística, e mudança de linha teológica (do evangelicalismo para o anglo-catolicismo, e, deste, para o liberal-catolicismo) levaram a Província do Brasil a abandonar o LOC de 1930 e publicar uma nova versão profundamente mutilada e limitada em 1984, ausente a maioria dos itens de um LOC normal. O Anglicanismo no Sul tendeu a um ritualismo frio, pobre em cerimônias, enquanto no Nordeste tendeu à direção contrária, com cerimônias imitativas de outras ondas denominacionais, empobrecendo o Rito.

**DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – UMA IGREJA DA COMUNHÃO ANGLICANA NO BRASIL, SOB A AUTORIDADE
PRIMACIAL DA
IGREJA ANGLICANA DO CONE SUL DA AMÉRICA**

O Brasil foi marcado pela proibição de sinais externos de arte sacra não Católica Romana e de ritos apenas em línguas estrangeiras para protestantes imigrantes, durante a Colônia e o Império, pela falta de recursos das igrejas para investimento na arte de adoração, pelo limitado nível cultural dos fiéis, que atingia a sensibilidade estética, e por um antagonismo radical anti-católico romano, que não soube distinguir o essencial do acidental, seguindo antes o extremismo Anabatista do que o equilíbrio Luterano e Anglicano. Ultimamente, com os cultos midiáticos, centrados nos pastores e cantores artistas, fartos de “*animação*” e rasos de conteúdo, sem ordem, com a “*corinhologia*” pauperizada em teologia e no vernáculo, temos apenas agravado a crise Litúrgica, que empobrece o nível do povo de Deus.

A tradição Anglicana tem, historicamente, se preocupado com a beleza arquitetônica e a decoração dos nossos templos, com o lugar apropriado para a cruz, o altar/santa mesa, o atril, o púlpito, os assentos laterais para clero e coro, as vestes, a ordem do processional precedida pelo cruciferário, a dignidade, solenidade e reverência no culto, com uma liturgia participativa e dialogal, entre celebrantes e povo. Essa tradição se encontra em choque com o “*informal*” (?) espírito Pós-Moderno e com a hegemonia anabatista-pós-pentecostal do culto-espetáculo.

Há de se fazer uma diferenciação entre os Símbolos (presentes nos vitrais, azulejos, mosaicos, móveis e utensílios, como a cruz, o cálice e a patena, as cenas bíblicas) e as Cerimônias, que é o “*como*” da condução dos Cultos, com seus gestos, suas orações extemporâneas, ao tipo de cântico e de presença de grupos de música ou de dança, o uso ou não de velas e incenso, o persignar-se (sinal da cruz), que, de acordo com as várias correntes litúrgicas dentro de Anglicanismo, e as preferências pessoais e comunitárias, são legítimos em sua diversidade, dos Ritos, que são as palavras textuais, com conteúdo doutrinário, e que não são descartáveis ou selecionáveis, mas de todos os celebrantes se requer. Por outro lado, as Rubricas do LOC, sobre procedimentos e o que é reservado para o Bispo, os Presbíteros e os Diáconos, em nossa Igreja, têm força de Lei.

Na situação de excepcionalidade em que se encontra a nossa Diocese, o LOC da IEAB, o Livro de Ritos Opcionais da DAR e o novo LOC editado por irmãos continuantes são fontes para a nossa prática litúrgica. É dever do Clero conhecer, amar e compartilhar, com fidelidade e criatividade, da nossa Liturgia junto ao nosso Laicato, dando uma contribuição (e não sendo cooptados) para superarmos a pobreza, a superficialidade e a anarquia litúrgica reinante no Cristianismo brasileiro reformado em nossos dias.

Doutrina Anglicana IX

O ANGLICANISMO E SUA HISTÓRIA

A Comunhão Anglicana é resultado do desdobramento mundial do Cristianismo originalmente estabelecido nas Ilhas Britânicas. No primeiro século da Era Cristã essas ilhas se constituíam em uma província do Império Romano, denominada de Britannia. A Igreja na Inglaterra veio, desde então, conhecer três fases distintas:

1. A **primeira** foi a **Fase Celta**: que vai do século I ao século VII.

Com a perseguição aos cristãos da Gália (hoje França) no ano 77, muitos fugiram para as Ilhas Britânicas. Por outro lado, soldados, funcionários civis e comerciantes cristãos romanos estiveram naquela província e comunicaram o Evangelho, que teve ampla acolhida entre os Celtas, particularmente na Irlanda, Escócia, Gales e norte da Inglaterra (anglaterra = terra dos anglos). Há tradições e peças arqueológicas, além do registro da presença de bispos britânicos ao Concílio de Arles, em 314. Floresceu ali, por sete séculos, uma Igreja cristã autônoma, sem vínculos com a Igreja de Roma, centrada nos mosteiros e na autoridade regional dos seus Abades, com os Bispos como missionários, realizando um trabalho apostólico e sacramental. Uma Igreja missionária, que foi responsável pela evangelização da Alemanha e da Escandinávia. Com a saída das tropas romanas, o centro e o sul da Inglaterra foram invadidos por povos não-cristãos, como os jutos, os anglos e os saxões, que erradicaram a Igreja naquelas regiões, preservada, porém, nas demais. O Papa Gregório, o Grande, resolveu, então, enviar Agostinho e 40 monges beneditinos, em 597, para, estabelecendo-se em Cantuária, evangelizar os povos daquelas regiões, e procurar unir a Roma a Igreja Celta, respeitando-se, ao máximo, os seus usos e costumes. Cerca de 10.000 pessoas se converteram na região de Cantuária, e Agostinho foi sagrado Bispo.

2. A **segunda** foi a **Fase Católico-Romana**: que vai do século VII ao século XVI.

No Concílio de Whitby, em 663, após longas negociações, a Igreja Celta aceita se submeter à autoridade papal. Uma segunda Sé Diocesana, no coração do Cristianismo Celta, viria, posteriormente, a ser estabelecida, na cidade de York. Os costumes dos Celtas cristãos foram preservados, a distância geográfica das ilhas e a crescente autoridade dos seus reis concorreram para a manutenção de laços limitados com a Igreja de Roma. Além do mais, já no século XIV, a Inglaterra conheceu o mais importante episódio da Pré-Reforma, liderada pelo professor de Oxford, *John Wycliffe*, que condenava os desvios romanos, defendia a divulgação da Bíblia, e criava uma ordem leiga de irmãos mendicantes (formada, em sua maioria por estudantes de Oxford, de famílias aristocráticas), os Lolardos, que, disseminando a fé evangélica, foram perseguidos por um século e meio.

3. A **terceira** foi a **Fase Reformada**: que vai do século XVI aos nossos dias.

As idéias protestantes tiveram entusiástica acolhida entre professores e estudantes das Universidades de Oxford e Cambridge, e entre parcela considerável do clero, inclusive da hierarquia. Havia um crescente nacionalismo em toda Europa, com o surgimento dos países independentes do Sacro-Império Germânico-Romano, na área temporal, e do Papado, na área espiritual. Havia, também, uma grande insatisfação com o pagamento de impostos ao Imperador e ao Papa, bem como contra o fato de a Igreja de Roma ser detentora de vastas propriedades e privilégios. O mapa religioso da Europa da época foi estabelecido por decisões governamentais (dentro do princípio “*A Religião do Rei é a Religião do Reino*”), ou pela força das armas (Guerra dos Cem Anos). A Reforma da Igreja Cristã na Inglaterra, nesse contexto, viria, pois, com Henrique VIII, sem ele, ou contra ele. O Anglicanismo, pois, não foi fundado por aquele rei. A instabilidade política inglesa resultou em vários avanços e recuos em relação à Reforma Protestante:

- a) Ruptura com o Sacro-Império e a Igreja de Roma com Henrique VIII, em 1534 (após ele, sua esposa e o Arcebispo de Cantuária terem sido excomungados pelo Papa), em Atos deliberados pelo Parlamento;
- b) O breve reinado de seu filho Eduardo VI aprofunda o caráter protestante da Igreja da Inglaterra;

- c) Ele foi sucedido por sua meia-irmã Maria, denominada de “*a sanguinária*” (por mandar executar 250 Sacerdotes, além de Arcebispos e Bispos), que re-vincula a Igreja da Inglaterra à Igreja Romana;
- d) Esta foi sucedida por sua meia-irmã Elizabeth, que rompeu de novo com Roma e apoiou uma reforma moderada;
- e) Os breves e confusos reinados de Jaime I e Carlos I (que queriam impor o Presbiterianismo hegemônico na Escócia à Inglaterra);
- f) A ditadura militar presbiteriana do general Oliver Cromwell;
- g) Foi substituída pelos reinados de Carlos II e Jaime II (que queriam restabelecer o catolicismo romano);
- h) Por fim, a independência política da Inglaterra e a consolidação da Igreja Anglicana como uma Igreja reformada, autônoma, finalmente – e só então – se deu com a “*Revolução Gloriosa*”, de 1688, liderados pelo príncipe Guilherme de Orange (protestante holandês) casado com Maria, filha de Jaime II, que implantou o Parlamentarismo, e retorna aos princípios religiosos do período elizabethano.

Os dois principais pensadores da Reforma Inglesa foram o Arcebispo de Cantuária e mártir (queimado vivo por ordem de Maria, *a sanguinária*) *Thomas Cranmer*, compilador do Livro de Oração Comum (LOC) e o teólogo *Richard Hooker*, autor do clássico “*A Lei da Política Eclesiástica*”. O Anglicanismo situou-se, desde então, como uma Igreja Católica Reformada nacional, e uma “*via média*” entre os extremos de Roma e de Genebra. Com a Reforma Protestante, a Igreja na Inglaterra se tornou a Igreja da Inglaterra.

A Igreja da Inglaterra, dos séculos XVI ao XIX, foi se expandindo, por todo o mundo com o Império Britânico (o maior da história humana), e que teve o seu apogeu no reinado da rainha Vitória, e, em seguida, pela ação denodada das agências missionárias, dentro e fora do Império Britânico (hoje presente em 164 países). As primeiras Províncias que surgiram, além da Igreja da Inglaterra, foram a Igreja Episcopal da Escócia (onde a Igreja da Escócia, oficial, é Presbiteriana) e a Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América (PCUSA), fruto da independência daquele

país, cujos bispos, por sua vez, foram sagrados pelos bispos escoceses. Essas duas novas Províncias, por sua vez, começaram a enviar os seus próprios missionários para o estrangeiro.

O Anglicanismo no Brasil, por sua vez, é resultado de três fontes distintas:

1. A **primeira** foi a das **Capelanias Consulares Britânicas** autorizadas a funcionar pelo Tratado de 1810 com o Reino de Portugal, destinadas à assistência espiritual dos súditos de Sua Majestade, e em língua inglesa. O primeiro templo foi “*Christ Church*” inaugurado, no Rio de Janeiro, em 1819. Outros viriam a ser construídos em: Niterói, São Paulo, Santos, São João Del Rey (MG), Salvador, Recife e Belém. Antes, em 1805, o missionário e mártir *Henry Martin* havia aportado em Salvador, a caminho da Índia e da Pérsia, onde morreria, escrevendo, então, em seu diário: “*Quando será este belo país libertado da idolatria e do cristianismo espúrio? Cruzes há em abundância, mas quando será aqui anunciada a doutrina da cruz?*”. O primeiro missionário enviado pelos EUA, *Rev. William Cooper*, teve seu navio naufragado, desistiu e regressou ao seu país. O vendedor de Bíblias (colportor) *Rev. Richard Holden*, evangelizou em Belém e em Salvador (1860-1864);
2. A **segunda** foi a **formada pela imigração japonesa** para os Estados de São Paulo e Paraná, onde chegaram a constituir a maioria das Paróquias, com descendentes até os nossos dias;
3. A **terceira**, e mais importante, foi a vinda em 1889, de **um grupo de missionários**, recém-formados pelo Seminário de Virgínia, de linha evangélica, liderada pelo *Rev. Lucien Lee Kinsolving*, primeiro Bispo do Brasil, *James Watson Morris*, *William Cabel Brown* e *John Meem*, que centralizaram seus esforços no Estado do Rio Grande do Sul, abrindo um sem número de Paróquias, Missões e obras sociais. De 1890 a 1949, com os bispos *Kinsolving* (1899-1926) e *Thomas* (1927-1949), o anglicanismo missionário conheceu uma fase de grande dinamismo no Brasil. Em 1907 havíamos deixado de ser um ente autônomo e nos tornado um Distrito Missionário da Igreja dos EUA. Com a saída do *Bispo Thomas*, foram criadas três Dioceses, com sede em Porto Alegre, Santa Maria e Rio de Janeiro, e passamos a sofrer uma mudança de

linha do Evangelicalismo para o Anglo-Catolicismo. Na década de 1960 nos emancipamos como 19ª Província da Comunhão Anglicana (Igreja Episcopal Brasileira), tivemos o primeiro Primaz, *Bispo Egmont Machado Krischke*, e começamos a receber a influência do Liberal-Catolicismo, do Movimento Ecumênico, da Teologia da Libertação (anos 70), e do Liberalismo Pós-Moderno (anos 90), nos afastando da comunidade protestante evangélica na qual estivéramos integrados desde o início, resultando, em decorrência, lamentavelmente, em crescente estagnação e declínio.

A Capelania Consular do Recife foi denominada de “*Holy Trinity Church*” (funcionando, desde o século XIX, em um pequeno templo onde hoje se encontra o cinema São Luiz, e, desde a década de 1940 na Rua Carneiro Vilela, no Espinheiro), se vincula à Diocese do Brasil-Central, do Rio de Janeiro, e, a partir dos anos 60, passa a ter cultos, também, em língua portuguesa, com o pioneiro *Rev. Alfredo Rocha da Fonseca Filho*.

Em 20 de maio de 1976 foi criada a Diocese Setentrional, com jurisdição sobre todo o Norte e Nordeste (depois Diocese Anglicana do Recife, posteriormente com jurisdição apenas sobre o Nordeste), com seu primeiro *Bispo Dom Edmund Knox Sherrill*, um norte-americano (1976-1986). Como Diocese Missionária, teve o seu segundo *Bispo Dom Clóvis Erly Rodrigues*, um gaúcho (1984, Coadjutor, 1986-1997, diocesano) eleito pelo Sínodo Geral da Província (IEAB). Como Diocese Autônoma foi eleito, por Concílio local, em 1997, o primeiro nativo, o Bispo Diocesano atual.

Nesses 30 anos, a Diocese Anglicana do Recife cresceu em número de membros e comunidades, mas conheceu vários lamentáveis cismas, como resultado da sua falta de identidade (não valorizada pelo primeiro Deão, *Rev. Paulo Ruiz Garcia*, e seus seguidores), e, nos últimos tempos teve que enfrentar, com determinação, a presença de heresias, bem como atos de violência oriundos da cúpula da Província, da qual veio, em decorrência se desligar, estando hoje, em status especial, sob a Autoridade do Primaz da Igreja Anglicana do Cone Sul da América, mantendo, com firmeza, e a qualquer preço, a Fé Apostólica e Reformada, e o legado evangélico de *Kinsolving* e demais pioneiros da nossa ação missionária no Brasil.

Doutrina Anglicana X

O ANGLICANISMO E SEUS DESAFIOS

Vive o mundo um período de crise: amplas, profundas e imprevisíveis mudanças de estruturas e de valores, com a globalização e a Pós-Modernidade, com reflexos na vida religiosa. O Islã, o Budismo e o Bramanismo endurecem, crescem as manifestações de fanatismo, de misticismo e de sincretismo. Por outro lado, nos grandes centros urbanos, em todo o mundo, e de forma generalizada no Ocidente, há uma indiferença ou uma religiosidade tradicional e nominal, marcada por um materialismo prático da busca da satisfação pessoal (neo-hedonismo), pelo consumismo, pelo individualismo, pela desmotivação para tudo que diga respeito à solidariedade social e à participação política. É um “*Não-Admirável Mundo Novo*” que atinge, de uma forma ou de outra todas as expressões religiosas, inclusive o Anglicanismo. Destacamos alguns desafios:

1. O Desafio do Liberalismo Moderno

Na década de 1830 o chamado “*consenso protestante*”, que tinha marcado o Anglicanismo por duzentos anos, é afetado com o surgimento do Anglo-Catolicismo (pretendendo uma reação contra a então “*morna*” Igreja da Inglaterra), põe sua ênfase nos Ritos, nos Sacramentos e na Hierarquia. Um setor, liderado por *J.H.Newman* entra para a Igreja de Roma. Na década de 1890 se dá o “*casamento*” de setores Anglo-Católicos com o Liberalismo, surgindo o Liberal-Catolicismo (ritualismo sem ortodoxia), que vai lentamente ocupando espaço na Europa e nos Estados Unidos (lugares onde o Liberalismo já era hegemônico em setores de outras denominações: Luteranos, Metodistas, Congregacionais, Batistas etc.), com maior velocidade a partir da década de 1960. A leitura racionalista das Sagradas Escrituras, o universalismo quanto à salvação, e o relativismo quanto a ética, foram marcas centrais do Liberalismo Clássico ou Moderno, que pretendeu tornar o Cristianismo aceitável ao homem moderno, despojando-os dos seus “*mitos*”, anunciando, segundo um pensador, “*Um Deus sem ira e um Cristo sem cruz a um homem sem pecado*”. O resultado catastrófico foi o inexorável declínio da membresia e da vitalidade das Igrejas, o Secularismo, e a perda de relevância da proposta cristã. Salvo as

honrosas exceções dos fiéis à Palavra, os templos europeus, e parte dos templos norte-americanos e australianos – das diversas denominações – que estão esvaziados, ouvindo uma mensagem débil de consistência e de poder. O Liberalismo causou menores estragos nos países periféricos, mas no caso do Brasil, lamentavelmente, terminou por se tornar hegemônico na Província Anglicana (IEAB), levando-a a uma situação de peculiar declínio no cenário cristão brasileiro.

2. O Desafio do Liberalismo Pós-Moderno

Enquanto a Modernidade afirmava que conhecer a Verdade era possível, desde que unicamente pela Razão, e que valores poderiam ter validade universal, a Pós-Modernidade, mais ainda individualista e subjetivista, afirma que não se pode conhecer a Verdade por nenhuma via (inclusive a Razão), pois esta é a de cada um, em um radical relativismo (*“O Único Absoluto é o Relativo”*). Enquanto em nome de uma *“diversidade”* e de um *“multi-culturalismo”* se nega a validade de valores universais, o liberalismo Pós-Moderno (carente de utopias políticas) promove a intolerância do *“politicamente correto”* e a perseguição a quem defende verdades ou princípios absolutos (*“Intolerância dos Tolerantes”*). Nesse contexto vai-se redefinindo tudo. A Igreja, por exemplo, passa a ser: *“Uma entidade social, cultural, litúrgica e afetiva, onde não há lugar para verdades doutrinárias ou paradigmas de comportamento”*. A Bíblia, por sua vez, é entendida como: *“Uma coletânea de livros religiosos da tradição judaica e cristã, útil para o uso devocional ou litúrgico, mas onde não se deve buscar doutrinas ou normas de comportamento”*. É negada a unicidade de Cristo como Senhor e Salvador (*“equivoco”* ou *“arrogância imperialista”*), e a unicidade da Igreja como agência do Reino de Deus. Pretende-se a participação dos não-cristãos na Ceia do Senhor. (*“Um Deus que não fala a um homem que não escuta nem obedece”*). Afirmam que *“se a Igreja escreveu a Bíblia, ela tem o direito de reescrevê-la”*, e o Espírito Santo hoje fala pelas decisões dos Concílios (Convenções, Sínodos, Assembléias) mesmo que aparentemente contradiga os seus ensinamentos anteriores, válidos para os contextos do passado, mas não para hoje. Torna-se impossível, pois, compatibilizar essa abordagem com o nosso *“Quadrilátero de Lambeth”*.

3. ***O Desafio da (Des)Unidade***

Na década de 1980, o Anglicanismo, até então o ramo reformado que quase não conhecera cismas, se viu às voltas com a controvérsia sobre a Ordenação Feminina, defendida pelos Liberais sob argumentos jurídicos e sociológicos, oposta pelos anglo-católicos com argumentos tradicionais, e dividindo os evangélicos quanto a lacunas e exegese bíblica (sacerdócio vs. carismas). Essa controvérsia – principalmente nos Estados Unidos – resultou em um processo de fragmentação, com o surgimento de cerca de 50 pequenas jurisdições independentes, denominadas de *“Igrejas Anglicanas Continuanes”*, hoje chegando a outros países, inclusive o nosso. Nessa década surge, com toda a força, dentro de uma *“revolução de costumes”* ao nível mundial, a questão da licitude do homossexualismo, da ordenação de homossexuais praticantes e da bênção sobre uniões entre pessoas do mesmo sexo. Essa orquestrada *“revolução de costumes”*, apoiada por amplos setores da mídia, da academia, dos políticos e dos magistrados, tem resultado na criação do *“casamento”* ou *“união civil”* (já no Direito de Família, e não mais no Direito das Obrigações) em vários países, aceito pelas Igrejas dirigidas pelos Liberais, e tem encontrado resistência nas religiões orientais, no Islã, na maior parte do Judaísmo (exceção do *“Movimento Reformista”*), na Igreja Romana, nas Igrejas Ortodoxas Orientais, no Pentecostalismo e no Evangelicalismo Conservador. A eleição, homologação e sagração do Bispo de New Hampshire, nos Estados Unidos, *Gene Robinson*, um homossexual praticante assumido, e a adoção da bênção sobre uniões entre pessoas do mesmo sexo, pelo *Bispo Michael Ingham*, de New Westminster no Canadá, tem resultado na maior crise na história da Comunhão Anglicana, de conseqüências imprevisíveis, com 22 das 38 Províncias condenando essas práticas e rompendo ou suspendendo suas relações com os EEUU e o Canadá, já suspenso de participar dos órgãos internacionais até a próxima Conferência de Lambeth, de 2008, e convocado a *“se arrepender ou caminhar a parte”*. Um importante documento de análise e propostas já foi elaborado, o *“Relatório de Windsor”*, e o Arcebispo de Cantuária, o Encontro dos Primazes e o Conselho Consultivo Anglicano (ACC) reafirmaram a validade da Resolução 1.10 sobre Sexualidade Humana (*“A prática do homossexualismo é incompatível com as Sagradas Escrituras”*). A Diocese do Recife, por suas posições firmes, tem sido vítima da violência dos liberais pós-modernos na Província. A Comunhão Anglicana está a beira de uma

grande divisão ou de um grande realinhamento, mas, depois dessa crise, nunca mais ela será a mesma. *Phillip Jenkins*, em seu livro **A Próxima Cristandade**, prevê o deslocamento do Cristianismo do Hemisfério Norte, ferido de morte pelo Liberalismo Moderno e Pós-Moderno, para o Hemisfério Sul, mais fiel à herança bíblica e apostólica. Os Liberais afirmam que a Unidade é mais importante do que a Verdade, e os Ortodoxos afirmam que não pode haver Unidade à custa da Verdade;

4. O Desafio do Neo-Fundamentalismo

Diante da incerteza do *nada admirável mundo novo*, muitos são tentados por uma hipotética “volta ao passado”, ou por reações agressivas, isolacionistas, sectárias, anti-intelectual, moralista, legalista, literalista. Em seu conjunto o que pode ser denominado de “*espírito neo-fundamentalista*” (para diferenciar do Fundamentalismo original). O resultado é sempre extremismo, radicalismo, dogmatismo, intolerância, fanatismo, enfermado o Corpo de Cristo, e, no nosso caso, com a perda do nosso ethos Anglicano de moderação, bom senso, equilíbrio e inclusividade quanto ao secundário, pela adoção de ensinamentos estranhos à nossa tradição, como a Teologia da Prosperidade, a Batalha Espiritual, e outras, pela perda da identidade, pela absorção de leituras de interpretações, propostas e métodos, os mais diversos, e de questionáveis valores, que atingem frontalmente, em particular, a nossa Eclesiologia e a nossa Liturgia. Com isso, cai-se na “*geléia geral*” de um pan-evangelicalismo superficial, amorfo e irrelevante, muitas vezes justificado pelo aparente êxito quantitativo.

5. O Desafio da (Falta de) Identidade

Em seu livro **O Choque das Civilizações**, *Samuel Huntington* afirma que, com o ocaso das utopias modernas, os choques do futuro serão entre civilizações, que os indivíduos resistirão à padronização da globalização pela revalorização de suas culturas, e que no centro das culturas estão as religiões. Dentre estas crescerão em importância as que forem nítidas em seus ensinamentos, e que seus fiéis as conheçam e as sigam. Fortalecer a identidade é, pois, um serviço à pessoa e à Civilização, enquanto os grupos religiosos nominais e os grupos religiosos vagos ou superficiais, por maiores que eventualmente sejam, marcham, a médio e longo prazo, para a

irrelevância, dentro do processo histórico. A Igreja Reformada sempre se Reforma. Há lugar para flexibilidade, diversidade e inculturação, mantido o conteúdo da Revelação, e as marcas da Identidade, construída pela História e pela Cultura. Na abertura do Concílio Diocesano de 1998, em nosso sermão de abertura, afirmamos: *“Por vivermos no tempo, no espaço e na cultura, como cristãos, ou seremos anglicanos ou seremos outra coisa: romanos, batistas, presbiterianos, pentecostais etc.”*. Com estes, temos amplos pontos de convergência e significativos pontos de divergência. Como afirmou um conhecido autor contemporâneo: *“um anglo-católico não é um católico romano, um anglo-evangélico não é um batista, e um anglo-carismático não é um pentecostal”*. Há uma história, um ethos e uma liturgia que nos diferenciam... Nunca advogamos o isolamento ou o sectarismo, mas é meu dever advertir para os riscos das importações indiscriminadas de idéias, mentalidades, ênfases, usos e costumes de nossas co-irmãs... Delas, das suas vozes mais lúcidas, ouvimos o clamor para que preservemos e compartilhemos o nosso legado e a nossa identidade, como contribuição ao todo da Igreja no Brasil, que sofre, em nossos dias, a tragédia da superficialidade, do emocionalismo e do fanatismo.

Deus continua sendo o Senhor da História e da Igreja, e o Espírito Santo continua a outorgar ao Povo de Deus o discernimento e o poder para enfrentar os dias maus, perseverar, compartilhar a Verdade e construir o novo possível, pela Fé que olha para a Esperança e vivencia o Amor. A Comunhão Anglicana está nas mãos de Deus. Façamos, porém, a nossa parte.